



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
GABINETE VEREADOR NILO

*"Para fazer por todos"*

Projeto de Lei Nº \_\_\_\_\_/2015.

Revoga a Lei nº 2.816, de 07 de agosto de 1991, que altera o artigo 2º, da Lei nº 2.156 de 18 de maio de 1987, que trata da publicação dos atos do Município.

Faço saber, no uso das atribuições, em cumprimento do disposto no artigo 102, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica revogada a Lei nº 2.816, de 07 de agosto de 1991, que altera o art. 2º, da Lei nº 2.156, de 18 de maio de 1987, que trata da publicação dos atos do Município.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2016.

Câmara Municipal, 15 de outubro de 2015.

  
Carlos Nilo Coelho Pintos

Vereador

Líder de Bancada do PP



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
GABINETE VEREADOR NILO

*"Para fazer por todos"*

**Justificativa**

O presente Projeto de Lei, visando revogar a Lei nº 2.816, de 07 de agosto de 1991, que altera o art. 2º, da Lei nº 2.156, de 18 de maio de 1987, que trata da publicação dos atos do Município se justifica devido a maior circulação e abrangência de um jornal local no município.

Como menciona a Constituição Federal apontou expressamente o princípio da publicidade como um dos princípios basilares da Administração Pública no Brasil, buscando, desta forma, dar transparência aos atos administrativos e, mais especificamente, em relação às licitações, extinguir favoritismos, tráficos de influência e outras práticas que afrontam a moralidade e contribuem para a malversação do patrimônio público. Neste sentido, um jornal local possui muito mais capacidade de chegar a todos os cantos do município, por ser de alta circulação e ter a atenuante de ser mais barato para toda a população.

Além disso, a própria Câmara de Vereadores possui assinaturas somente com jornais locais, o que dificulta muito o trabalho dos vereadores, caso, as leis e atos da administração pública do município sejam publicados em outros diários. Igualmente, a publicidade, é um dos elementos essenciais dos atos administrativos, tendo o condão de atribuir eficácia perante terceiros, além de manter o controle público pela comunidade. Sabe-se que jornais de circulação na cidade que não são do município não conseguem abranger toda a população, pois tem o ônus de serem mais onerosos, visto que não são produzidos em oficinas locais, devendo dispensar muito mais recursos para chegar a cidade.

Diante disso, a comunidade em geral possui maiores dificuldades para conseguir obter a informação desejada sobre o município. Assim, o princípio da publicidade não consegue ser aplicado amplamente. Salienta-se que, conforme





CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
GABINETE VEREADOR NILO

*"Para fazer por todos"*

já mencionado anteriormente, nem mesmo a Câmara de Vereadores possui disponível jornais de fora do município.

Foi no Brasil que o princípio da publicidade mereceu acolhida constitucional, sendo princípio assente no caput do art. 37, exatamente para permitir que a sociedade fiscalize a transparência e retidão dos atos públicos. Assim, transformou-se o princípio da publicidade como norma fundamental do procedimento moderno, oposto ao segredo inquisitorial que estabelece como suprema garantia da sociedade em geral, de averiguação da razoabilidade dos atos administrativos praticados.

O princípio da publicidade, portanto, está intimamente ligado à viabilização do controle popular sobre os atos da Administração e ao conceito de transparência administrativa, que agora esta sendo prejudicado por a lei nº 2.816/91 que alterou o disposto no artigo 2º da lei 2.156/87. Diante desta constatação, o que se pretende com o presente projeto de lei é que a lei mais antiga, modificada, volte à vigência com sua redação original.

Cabe salientar que a transparência designa inicialmente a propriedade de um corpo que se deixa atravessar pela luz e permite distinguir, através da espessura, os objetos que se encontram por detrás. Falar neste sentido de transparência administrativa significa que, por detrás do envelope formal da instituição, se perfilam relações concretas entre indivíduos, entre grupos, que o observador exterior está em condições de compreender. Por analogia, podemos dizer que os atos da administração, devem ser dotados de transparência, como se fossem uma verdadeira "casa de vidro", perfeitamente observável por toda a sociedade.

Ocorre que, a publicidade muitas vezes é alcançada sem plenitude na transparência. Neste ponto, torna-se essencial o entendimento de que a publicação, como instrumento da publicidade, não deve ser realizada como mero requisito formal para aperfeiçoamento do procedimento licitatório, mas, sobretudo, deve se revestir de conteúdo e alcance capazes de



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
GABINETE VEREADOR NILO

*"Para fazer por todos"*

verdadeiramente noticiar a ocorrência do certame e proporcionar o seu amplo acesso. O que só ocorre se for publicado em jornal local, que possui a capacidade de abranger toda a sociedade. Assim, tendo em vista importância desta lei solicito a aprovação de meus pares.





MUNICÍPIO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
CÂMARA MUNICIPAL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

LEI Nº 2.816, DE 07 DE AGOSTO DE 1991

Altera o artigo 2º, da Lei nº 2.156, de 18.5.87, que trata da publicação dos atos do Município.--

Vereador Dr. JOSÉ ANTÔNIO MOREIRA D'AVILA JR., PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO, em cumprimento ao disposto no artigo 92, parágrafo 8º, da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou, e o mesmo, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterada a redação do artigo 2º, da Lei nº 2.156, de 18 de maio de 1987, que passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 2º - A publicação dos atos da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores será feita em jornal de circulação diária neste Município, com redação nesta cidade, que vencer licitação pública efetuada pelos órgãos municipais;

§ 1º - Compreende-se como jornal diário aquele que circular pelo menos cinco dias durante a semana."

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

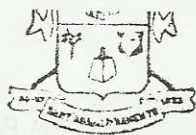
Sant'Ana do Livramento, 07 de agosto de 1991.-

Vereador Dr. JOSÉ ANTÔNIO MOREIRA D'AVILA JR.  
- Presidente -

Registre-se e Publique-se:

Vereador ANTONIO ANTUNES GONCALVES  
2º Secretário





ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
"PALÁCIO MOYSÉS VIANNA"

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

LEI Nº 2.156, DE 18 DE MAIO DE 1.987

É considerado órgão para publicação dos atos do Município o jornal diário que vencer licitação e revoga a Lei 1.141/74.-

OLIOVALDO TORRES GRECELLÉ, Prefeito Municipal de Sant'Ana do Livramento.-

FAÇO saber, em cumprimento ao disposto no artigo 63, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Após decorrido vinte (20) dias da publicação desta lei, fica revogada a Lei Municipal nº 1.141, de 18 de dezembro de 1.974.-

Art. 2º - A publicação dos atos da Prefeitura Municipal e da Câmara de Vereadores será feita até 31 de dezembro de 1987, no jornal de circulação diária neste Município, com redação e oficinas nesta cidade, que vencer licitação pública efetuada pelos órgãos municipais.-

Art. 3º - No mês de dezembro de cada ano, devem ser realizadas novas licitações para efeito de publicação dos atos oficiais.-

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação.-

Sant'Ana do Livramento, 18 de maio de 1.987



OLIOVALDO TORRES GRECELLÉ  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se: